

Alberto Calil Elias Junior, Nysia Oliveira de Sá & Marianna Zattar

A extensão universitária e o exercício da práxis no campo informacional: práticas para apropriação da informação e do saber

University extension and praxis in Library Science: information and knowledge practices

Resumo:

Discorre sobre aspectos das relações entre os saberes e fazeres construídos nas universidades públicas brasileiras e na sociedade, focados nos debates sobre infodemia e desinformação, tendo por base três ações de extensão universitária, em 2020, entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro com bibliotecas escolares e comunitárias. Para tanto, entende-se competência em informação como o conjunto de saberes e práticas articulados dialogicamente que possibilitam a construção do pensamento crítico, da avaliação criteriosa e do uso solidário e ético da informação, bem como a tessitura de estruturas que promovam ações cidadãs e engajadas com o bem comum. Destaca-se o protagonismo das universidades públicas nas soluções para a pandemia na sociedade brasileira, principalmente no fortalecimento de ações oriundas de projetos de extensão e no debate sobre a relevância do ensino superior e da educação como bem público.

Palavras-chave: Competência em informação, Desinformação, Extensão Universitária, Infodemia, Universidades Públicas

Abstract:

It discusses some aspects of the relations between theory and practice produced at Brazilian public universities, focused on debates on infodemic and disinformation. The discussion is based on three extension projects developed by professors and students from the Federal University of Rio de Janeiro and from the Federal University of the State of Rio de Janeiro, in partnership with school and community libraries, during 2020. It discusses information literacy as the set of dialogically articulated knowledge and practices that enable the construction of critical thinking, careful evaluation, and a solidary and ethical use of information, as well as the structures that promote actions based on citizenship, committed to a common good. The leading role of public universities in the search for solutions to the SARS/COVID-19 pandemic in the Brazilian society stands out, especially in the strengthening of actions ensuing from extension projects, and in the debate on the relevance of higher education and education as a public good.

Keywords: Disinformation, Infodemic, Information Literacy, Public Universities, University Extension

Agenda:

1. Introdução	3
2. Breves considerações sobre a extensão universitária no ensino superior brasileiro	5
3. Infodemia e desinformação	7
4. Conclusão	8
Referências	9

Authors:

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Av. Pasteur, 458/418 - Urca - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - 22290-240, ✉: caliljr@unirio.br

Profa. Dra. Nysia Oliveira de Sá

- Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Av. Pasteur, 250 - Urca - Rio de Janeiro -222909-02, ✉: nysia@facc.ufrj.br

Profa. Dra. Marianna Zattar

- Professora Doutora do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Av. Pasteur, 250 - Urca - Rio de Janeiro -222909-02, ✉: mzattar@facc.ufrj.br

1. Introdução

Trata-se de apontamentos sobre aspectos das relações entre os saberes e fazeres construídos nas universidades públicas brasileiras e a sociedade, focados nos debates sobre infodemia e desinformação, tendo por base três ações de extensão universitária desenvolvidas durante o ano de 2020, a partir da colaboração entre duas universidades federais do estado do Rio de Janeiro além de bibliotecas escolares e bibliotecas comunitárias. As ações propõem a construção de estratégias para a promoção da competência em informação e de práticas informacionais críticas e éticas. Para tanto, entende-se competência em informação como o conjunto de saberes e práticas articulados dialogicamente e que possibilitam a construção do pensamento crítico, da avaliação criteriosa e do uso solidário e ético da informação, bem como a tessitura de estruturas que promovam ações cidadãs e engajadas com o bem comum. Tem-se, portanto, como referência teórica para os estudos e as práticas de competência em informação as definições da American Library Association e da Information Literacy Group. Nesta perspectiva, devem ser considerados aspectos pessoais e sociais dos indivíduos e suas práticas informacionais na busca da informação, pois estas vão propiciar diferentes percepções de acordo com o ambiente no qual estão inseridos de modo que seja possível estimular a construção de habilidades que englobem a descoberta reflexiva, a compreensão de como a informação é produzida, o seu valor na contemporaneidade e na produção de conhecimento. Ressalte-se, a importância de ações solidárias baseadas em princípios éticos nas comunidades de aprendizagem.

A primeira ação, realizada no âmbito de uma rede de pesquisas formada por universidades, institutos de pesquisas e unidades de informação, incluiu a participação na organização de evento, que tinha por objetivos a divulgação e a promoção de diálogos sobre aspectos teóricos e práticos da competência em informação. A segunda, voltada para servidores das bibliotecas de um colégio federal e a terceira, uma ação para mediadoras de leitura de uma rede de bibliotecas comunitárias localizadas em um município do Estado do Rio de Janeiro. Três ações de extensão universitária, com públicos diferenciados no que tange às suas práticas informacionais e, por conseguinte, comunidades discursivas diversas que se formam ao compartilhar interesses comuns. As ações configuram-se como trajetos marcados por percursos interdisciplinares, transdisciplinares e interinstitucionais, na medida em que congregam sujeitos com formações e vínculo distintos, e possibilitam a abertura de diálogos da universidade com os mais diversos atores da teia social.

A atenção para esses diálogos sempre esteve na órbita das universidades, apesar de seu surgimento tardio, se comparado com o cenário europeu ou mesmo com o latino-americano¹. No Brasil, ao menos no plano discursivo, nota-se a presença de preocupações em torno da abertura de canais de comunicação entre a universidade e a sociedade, que se materializam em um arcabouço legal que afirma e reforça a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No entanto, quase 90 anos após o estabelecimento do primeiro marco legal², a extensão universitária se apresenta como o elo situado à margem do sistema de ensino superior brasileiro, o que reflete a constante tensão e disputa entre diferentes modelos de universidade e do lugar da universidade pública na sociedade. Chauí analisa esse conjunto de tensões no entorno da noção de universidade pública e aponta que o último quartel do século XX assiste a uma disputa entre dois modelos de universidade pública no país. De um lado, o entendimento da Universidade Pública como uma instituição social, como uma "prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e autonomia" (Chauí), voltadas para o bem comum e para a construção de olhares e leituras críticas sobre a sociedade. E, por outro lado, um modelo que postula a universidade pública como prestadora de serviços, em que a preocupação central estaria em atender as

¹ De acordo com Paula (11), enquanto que no Brasil as universidades só foram surgir ao longo do século XX, em vários países da América Latina, algumas universidades foram fundadas no século XVI, como por exemplo, a Universidade de São Marcos, no Peru, fundada em 1551, ou a Universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, de 1533.

² Paula (13) assinala que as ações de extensão universitária surgem no Brasil, no ano de 1911 e que a primeira previsão legal data do ano de 1931.

demandas do "mercado" e em servir como suporte ao atual padrão de acumulação vigente, modelo que ganhou força nos últimos anos do século XX.

Apesar da distância de mais de 15 anos entre a análise de Marilena Chauí e a implementação de políticas públicas no ensino superior brasileiro voltadas para a inclusão - políticas públicas que vêm sendo interrompidas desde o ano de 2016 - a aderência à noção instrumental da universidade pública, na qual prevalecem prerrogativas da gestão e dos processos de avaliação por produtividade em detrimento da construção de saberes e da ênfase na formação de sujeitos críticos, oferece alguns indícios para a compreensão das fragilidades históricas da universidade pública no Brasil, que se tornaram evidentes com a pandemia da COVID-19. Mesmo diante do protagonismo das universidades públicas na busca de vacinas biológicas, sociais, culturais e políticas para a pandemia e para a infodemia, as demandas pela "entrega do serviço", materializados nas "aulas online", acabaram por ofuscar estes outros saberes e fazeres do cotidiano destas instituições e apontam para a existência de um campo de disputas e tensões, quanto ao modelo de universidade a ser adotado.

Entretanto, o protagonismo das universidades públicas na busca de soluções para a pandemia e seus efeitos na sociedade brasileira, principalmente através do fortalecimento de ações oriundas de projetos de pesquisa e de projetos de extensão, reconfigura o debate sobre a relevância do ensino superior e conseqüentemente da educação como um bem público. Dentre as inúmeras ações, destaca-se aqui àquelas voltadas à compreensão e à busca de soluções para a atual infodemia, que segundo a Organização Pan-Americana da Saúde seria caracterizada como o "excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa", estando esse aumento exponencial no volume de informações associado a eventos específicos.

Questões oriundas do fluxo exponencial de informações, bem como dos efeitos desse aumento nas práticas infocomunicacionais já estavam sendo refletidas em projetos de pesquisa e projetos de extensão desenvolvidos pelas universidades em momento anterior à pandemia. Os debates sobre a desinformação e a pós-verdade têm mobilizado tanto a academia, quanto os principais veículos de comunicação e a opinião pública, principalmente após as eleições presidenciais norte-americanas de 2016, cujos efeitos no que concerne à desinformação repercutiram na sociedade brasileira em eventos posteriores. Nesse sentido, vários projetos sobre o tema já vinham sendo desenvolvidos, muitos em diálogo com as questões atinentes à competência em informação.

Para efeito da análise aqui realizada, conforme já colocado, toma-se como base as ações desenvolvidas de forma colaborativa a partir de projetos de extensão universitária do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se a originalidade da proposta, considerando-se o entendimento da extensão universitária como essencial nas estratégias adotadas pelas universidades públicas brasileiras na busca por "vacinas", para o atual cenário de infodemia, na medida em que se compreende que a extensão universitária pressupõe uma via de múltiplos sentidos na qual o conhecimento é construído de forma colaborativa, solidária e coletiva. Para tanto, utiliza-se da noção dialógica da informação sob a perspectiva das teorias de Paulo Freire, na compreensão da educação contextualizada e vinculada aos ambientes e atores superando a noção de transferência de informação e trazendo à tona a noção de responsabilidade e cocriação/ coparticipação. Desse modo, se torna possível a construção de olhares que atentem para a complexidade das relações entre a universidade e a sociedade, no que concerne às ações de pesquisa, de ensino e de extensão produzidas no interior do campo informacional, com vistas às questões relacionadas à competência em informação, informação e desinformação.

2. Breves considerações sobre a extensão universitária no ensino superior brasileiro

Em dezembro de 2018, o Ministério da Educação homologou uma resolução que estabelece as diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira³. As diretrizes são parte do resultado de um longo processo de reflexões e debates que não se restringe ao ensino superior no país, mas que abrange a sociedade brasileira como um todo e que ganha forças com a promulgação da Constituição de 1988. Apesar das inúmeras lacunas e obstáculos quanto à garantia dos direitos sociais na sociedade brasileira, nota-se que na primeira década do século XXI, ocorreram alguns avanços, principalmente no que concerne a tentativa de implantação de um modelo de gestão participativa, fundado na criação de Conselhos e Comissões, com a participação da sociedade civil⁴.

No Brasil, o surgimento das universidades é tardio, se comparado ao cenário europeu ou mesmo latino-americano. Contudo, não se constituiu em impedimento, ao menos no plano discursivo, para o surgimento de preocupações com as múltiplas áreas de atuação da universidade, dentre as quais se encontra o serviço de extensão universitária. Conforme Paula (13), “a extensão universitária, entre nós, está prevista desde a legislação de 1931 que, mediante o Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro” (13). Posteriormente, tanto a Reforma Universitária de 1968 - Lei nº 5.540/68⁵, quanto a Constituição de 1988, em seu artigo de nº 207⁶, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996⁷, afirmam e reforçam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No entanto, historicamente, a extensão universitária se apresenta como o elo mais frágil do sistema de ensino superior brasileiro, o que reflete um campo de tensões e disputas em torno de diferentes projetos para o ensino superior no país. Seguindo a análise realizada por Marilena Chaui (6-7), na qual a autora assinala que, se em uma perspectiva histórica é possível afirmar a Universidade Pública como uma instituição social, associada às ideias de democracia e de democratização do saber; nota-se que ao longo do século XX, a ideia da universidade pública como organização social, voltada para a prestação de serviços, passa a ganhar força como modelo a ser adotado.

Essas transformações na noção de universidade pública surgem como resultado dos desdobramentos contemporâneos do capitalismo e dos avanços globais do neoliberalismo. As análises realizadas por Boaventura de Souza Santos também ressaltam os efeitos das repercussões do modo de vida capitalista e do espraiamento do neoliberalismo para os entendimentos em torno da ideia de universidade pública que, tal como ocorre com outros direitos sociais, vem perdendo, mesmo que parcialmente, o status de bem público que deve ser garantido pelo Estado. Estes desdobramentos, que ganham força na sociedade brasileira ao longo do século XX, pavimentam o terreno para construção da ideia da universidade, não mais como uma instituição social, fundada na autonomia e pautada na democracia, mas da universidade como uma organização prestadora de serviços. Conforme Chaui (6),

³ Brasil. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 abr. 2019.

⁴ Modelo que está sendo colocado em cheque e substituído pelo governo eleito em 2019. No dia 11 de abril de 2019, houve a promulgação, por parte da Presidência da República, do Decreto nº 9.759, que extingue 35 órgãos (conselhos, comitês, comissões, dentre outros). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm.

⁵ Brasil. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm.

⁶ Brasil. Constituição de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

⁷ Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objeto particular. [...] Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

As reflexões de Chauí convergem para a direção apontada por Paulo Freire (52), que ao analisar o contexto brasileiro nos anos que antecederam ao golpe de 1964, afirma que, no que concernia à Educação, a sociedade brasileira estava diante de uma encruzilhada. De uma lado, um projeto que preconizava a educação como suporte das estruturas vigentes e dominantes, marcadas por relações excludentes entre o opressor e o oprimido e que se ocupava em formar "homens-objetos"; e de outro, a emergência de práticas e teorias que defendiam um projeto de educação voltado para a conscientização, para a construção de leituras críticas da realidade concreta, e que se ocupava em formar "Homens-sujeitos".

Diante desta encruzilhada, nos anos que se seguiram, ocorreram aproximações e distanciamentos entre a universidade e a sociedade⁸, que fortaleceram a extensão universitária como um dos pilares do ensino superior brasileiro. Neste panorama, como reflete Santos (14), o grande desafio para as universidades na contemporaneidade é propiciar uma formação integral ao sujeito não o capacitando apenas para entender a realidade, "é preciso que ele seja também mobilizado a buscar alternativas e querer mudá-la para melhor" (Santos 14). Em âmbito internacional, a UNESCO também se alinha a esse princípio da formação integral ao indicar os seguintes pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Dellors).

Entretanto, tal qual ocorreu nos anos que antecederam o golpe de 1964, desde o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, as reações às práticas de educação inclusiva, cujas universidades públicas se tornaram uma expressão, principalmente a partir da instauração da política de cotas, se mostraram mais explícitas. De tal forma que, as universidades públicas, assim como outras instituições que atuam na garantia ou na luta pela universalização do acesso aos direitos e bens públicos, vêm sendo alvo de constantes ações que visam a aproximação com um modelo voltado para a prestação de serviços, conforme assinalado por Chauí.

Estas aproximações da universidade com a ideia da prestação de serviços se coadunam com um projeto em curso que faz parte de uma tentativa de "recalibração das expropriações e do padrão de exploração subjacentes ao capitalismo dependente" (Leher) e que no caso brasileiro tem a universidade pública como um dos alvos principais de ataques e tentativas de desqualificação das mesmas como bem público.

Os ataques à universidade pública têm sido pauta permanente de determinados grupos sociais e econômicos, com franco acesso às estruturas de poder, como parte do campo de um campo de disputas de diferentes projetos de sociedade, de longa data, já apontados por Florestan Fernandes em análises sobre a situação da universidade pública na década de 1960.

A universidade enfrenta, no momento, a pior crise com que já se defrontou durante sua curta formação no Brasil. Três ameaças principais pairam sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional. Primeiro, pretende-se submetê-la a uma tutela exterior cega e inflexível. Segundo, o radicalismo intelectual é focalizado como um mal em si mesmo e como um perigo para a sociedade. Terceiro, de uma forma ou de outra, os professores veem-se diante de um novo dilema: fortalece-se dia a dia a aspiração de isolar-se o jovem do fluxo de reconstrução da sociedade. (Fernandes 64).

⁸ Este movimento pendular, afetado pelas transformações na conjuntura, reflete a dicotomia expressa nos modelos educacionais em disputa no pré-1964, na medida em que a extensão universitária seria a área da universidade que estabelece as relações com os outros saberes da sociedade brasileira. De caráter complexo, por envolver diretamente a relação da universidade com a sociedade, com a alteridade, "a extensão universitária encontra-se ainda atrofiada" (Buffa e Canales (158) e por vezes espelha a hierarquização existente na sociedade brasileira entre os saberes científicos e os saberes populares, na qual estabelece-se uma relação de "levar o esclarecimento (o conhecimento científico) à sociedade, em detrimento de uma relação de trocas entre distintos saberes.

Passados 50 anos, os ataques a um determinado modelo de universidade prosseguem, com o desmonte sendo acelerado nos últimos anos. Como aponta Leher, tais ataques encontram ressonância em quatro camadas, sustentadas pelos grupos ligados ao poder: a) na mídia hegemônica, que constantemente veicula matérias reforçando aspectos negativos das universidades públicas - muitos deles resultados da falta de investimentos -; b) em determinados grupos do judiciário que às vésperas das eleições de 2018 autorizaram ações judiciais nas universidades; c) através de políticas públicas que afetam o orçamento, as políticas de fomento à pesquisa e a autonomia universitária e d) produção e circulação de um grande volume de desinformação sobre as universidades públicas, que são distribuídas através das redes sociais na internet, em consonância com as narrativas que circulam na mídia hegemônica.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que as atuais práticas de produção, circulação e consumo de desinformação, bem como a emergência de discursos negacionistas e dos constantes e crescentes ataques aos saberes científicos são parte e se coadunam ao projeto em curso de tentativa de (re) adequação e de (re) arranjo do modo de produção capitalista, em que há movimentos na direção de (re) significar conceitos e práticas, tais como as noções de "direitos sociais" e de "bens públicos".

Diante deste cenário, os projetos de extensão ganham relevância, na medida em que possibilitam às universidades públicas a recuperação dos canais de comunicação e de diálogo com os sujeitos e setores que estão distantes dos saberes e fazeres científicos. Como nos lembra Florestan Fernandes (71), a "universidade não deve erigir-se num fosso que separe o jovem e o isole da reconstrução social. Ela deve servir como o verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável", em que os diálogos com a sociedade e grupos sociais distintos surgem como cruciais na busca de soluções coletivas (vacinas) para a atual infodemia.

3. Infodemia e desinformação

A informação em meio a pandemia da COVID-19, no ano de 2020, coloca em evidência problemas de ordem social para além daqueles de saúde pública. E, neste contexto, emergem a infodemia e a desinfodemia. A primeira noção foi popularizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e está atrelada ao quantitativo de informações disponíveis sobre o surgimento, os sintomas, a transmissão, a cura e as intervenções institucionais, que contaminam a sociedade nos diferentes ambientes informacionais, ao interferirem diretamente na saúde física, mental e emocional dos indivíduos. Já a desinfodemia, trazida ao debate pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)⁹, trata especificamente do fenômeno de produção de desinformações neste contexto. Um fator comum que influencia diretamente a infodemia e a desinfodemia é o alinhamento desses fenômenos às práticas ligadas ao negacionismo, em que percebe-se crescentes tentativas de deslegitimar a produção do conhecimento científico e os tradicionais veículos de comunicação de modo que conteúdos produzidos sem qualquer rigor sejam mais consumidos e disseminados. Nesta perspectiva, as ações de extensão universitária podem surgir como uma variável importante no combate à desinfodemia. De um lado, projetos que abordem diretamente aspectos ligados à competência em informação, tal qual o aqui em destaque, mas para além destes, a própria ação de extensão universitária, independente dos campos de saberes envolvidos, colocam-se como cruciais no combate à desinformação, na medida em que criam canais de comunicação entre os saberes produzidos nas universidades e os diferentes saberes locais.

A elaboração de projetos que tenham como panorama uma pandemia marcada pela criação, uso e compartilhamento de informações falsas baseia-se em dados como aqueles apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2020) ao indicar que países como Argentina, Alemanha, Coreia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos mostram que cerca de uma em cada três pessoas afirma ter visto informações falsas ou enganosas relacionadas à COVID-19 nas mídias sociais. Os efeitos da desinfodemia extrapolam os limites da saúde pública e deflagram ações de vandalismo (como os casos de incêndios em

⁹ Disponível em <https://pt.unesco.org/covid19/disinfodemic>.

torres de tecnologia 5G no Reino Unido e na Holanda porque foram indicadas como causadoras da infecção) ou ainda casos de racismo e discriminação, "coronaracismo"¹⁰, ao indicar minorias como culpadas.

Os projetos de extensão universitária dialogam também com os encaminhamentos dados por instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Council Europe ao destacarem a Information Literacy, aqui chamada de competência em informação, como um dos caminhos possíveis para a mitigação de informações falsas a partir da educação no âmbito informacional (Wardle e Derakhshan). Sob o ponto de vista específico da educação, tais iniciativas estão relacionadas com a educação dialógica de Paulo Freire na medida em que "[...] não havia dicotomia, mas relação entre o ensinar e o aprender, a teoria e a prática, o senso comum e a ciência e a filosofia; também, para ele não poderia haver a leitura da palavra, ou do texto, desvinculada da leitura do mundo ou do contexto." (Freire 296).

4. Conclusão

Inequivocamente se reconhece a centralidade da informação, do conhecimento e das tecnologias em uma multiplicidade de aspectos e abordagens na contemporaneidade, sendo que por sua complexidade tem sido objeto de estudos/pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Evidenciam-se, neste artigo, duas questões que se interpolam: o papel extensionista da instituição de ensino superior pública e modos e práticas de uso das plataformas de comunicação digital para disseminação de informação, especificamente a desinformação.

Ao entender as demandas contemporâneas, particularmente nesse momento de pandemia da COVID-19, a instituição de ensino superior pública sobressai como espaço de enfrentamento dos desafios desse cenário por meio das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Nesta perspectiva, buscou-se destacar ações extensionistas exequíveis e fundamentadas na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que são o diferencial dos processos de construção dos saberes universitários nas universidades públicas brasileiras. As ações extensionistas aqui destacadas, possibilitaram o estabelecimento de parcerias entre instituições, com o objetivo de contribuir para o aprendizado e reflexão dos sujeitos sobre a responsabilidade social de cada um no combate à desinformação. Atualizando assim, para cada um dos participantes - docentes, discentes, pesquisadores e comunidade - a possibilidade concreta de reflexão sobre o contexto a partir da práxis, da relação dialética entre a teoria, apreendida através das atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas nas universidades, e a prática, materializada nas ações de extensão, que possibilitam a co-transformação social, em uma articulação entre o texto e o contexto.

A expansão da informação em nosso mundo conectado tornou-se um desafio sem precedentes para governos, sociedade civil, instituições educacionais, veículos de comunicação, dentre outros atores, ao buscar caminhos que possibilitem ao menos conscientizar as pessoas sobre as consequências para a sociedade do uso e da disseminação de informações inverídicas, descontextualizadas. Acresce, ainda, a diversificação e sofisticação de ferramentas tecnológicas, como uso de robôs para o espriamento de informações sem qualidade no ciberespaço.

Neste contexto, os projetos de extensão que estão nas bases dos apontamentos aqui conduzidos, convergem em direção aos objetivos propostos ao envolver os sujeitos e seus saberes em processos de construção de entendimentos em torno das informações do cotidiano, que considerem a importância em compreender o contexto informacional, desenvolver competências para realizar pesquisa em fontes confiáveis, avaliar de forma crítica fontes de informação e atuar de modo crítico entendendo a responsabilidade social de cada um no enfrentamento desse cenário de desordem informacional. Busca-se, ao difundir o conceito de competência em informação, estimular práticas informacionais críticas e éticas entre sujeitos atuantes em biblioteca/unidade de

¹⁰ Termo oriundo do inglês "coronaracism".

informação, que esta se torne um espaço de referência para buscar informações confiáveis e também multiplicador dessas ações.

Referências

- American Library Association. *Association of College & Research Libraries. Framework for Information Literacy for Higher Education*. 2016, www.ala.org/acrl/standards/ilframework. Accessed 10 July 2020.
- Buffa, Ester and Canales, Renata P. "Extensão: Meio de Comunicação Entre Universidade e Comunidade." *EccoS Revista Científica*, vol. 9, no. 1, 2007, pp. 157-169.
- Chauj, Marilena. "A Universidade Pública sob Nova Perspectiva." *Revista Brasileira de Educação*, no. 24, 2003, pp. 5-15.
- Dellors, Jacques. "Los Cuatro Pilares de la Educación". *Educación Encierra un Tesoro. El Correo de la UNESCO*, 1996, pp. 91-103.
- Fernandes, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*. Expressão Popular, 2020.
- Freire, Ana Maria Araújo. "A Leitura do Mundo e a Leitura da Palavra em Paulo Freire." *Cadernos CEDES*, vol. 35, no. 96, 2015, pp. 291-298.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 65th ed. Paz e Terra, 2018.
- Information Literacy Group UK. *CILIP Definition of Information Literacy 2018*. cdn.ymaws.com/www.cilip.org.uk/resource/resmgr/cilip/information_professional_and_news/press_releases/2018_03_information_lit_definition/cilip_definition_doc_final_f.pdf. Accessed 12 Oct. 2020.
- Leher, Roberto. *Autoritarismo Contra a Universidade: O Desafio de Popularizar a Defesa da Educação Pública*. Expressão Popular, 2019.
- Organização Pan-Americana da Saúde. "Entenda a Infodemia e a Desinformação na Luta Contra a COVID-19." *Página Informativa*, no. 5, 2020, iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14. Accessed 9 Oct. 2020.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Combating COVID-19 Disinformation on Online Platforms*, 2020, read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135214-mpe7q0bj4d&title=Combating-COVID-19-disinformation-on-online-platforms. Accessed 9 Oct. 2020.
- Paula, João Antonio de. "A Extensão Universitária: História, Conceito e Propostas." *Interfaces: Revista de Extensão*, vol.1, no.1, 2013, pp. 5-23.
- Santos, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. 3rd ed. Cortez, 2010.
- Wardle, Claire, and Derakhshan, Hossein. *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking*. Council of Europe, 2017, rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c. Accessed 9 Oct. 2020.